

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Letras - IL
Departamento de Teoria Literária e Literatura – TEL/ UnB

Victor Fonseca Melo – 15/0150857

Decoro como um rito retórico
Análise de emulação em tratados de decoro italiano do século XVI

Brasília – DF

2020

Victor Fonseca Melo – 15/0150857

Decoro como um rito retórico

Análise de emulação em tratados de decoro italiano do século XVI

Monografia apresentada ao departamento de Teoria Literária e Literatura do Instituto de Letras da Universidade de Brasília como requisito final para a obtenção do grau de bacharelado em Letras – Português.

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe, por ter sempre reforçado para mim o valor incontornável do estudo, a despeito de qualquer rumo profissional que eu assumisse em minha vida. Agradeço ao meu pai por ter me dado a oportunidade de sair da minha cidade e, assim, poder ser apresentado a outras perspectivas de mundo, com acesso a uma maior pluralidade de ideias.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Augusto da Silva Júnior, por ter me acolhido no que foram minhas primeiras pesquisas acadêmicas, suscitando-me tantas angústias e questionamentos sobre o estatuto de produção de conhecimento acadêmico. Questionamentos que o Prof. Dr. Luiz César de Sá e meu amigo Jefferson de Sousa me ajudaram me ensinando a procurar soluções e entender que conceitos são ferramentas e que o pensar coerentemente exige técnica.

Agradeço ao meu amigo Daher Henrique de Castro que me ensinou que antes de questionar conceitos e palavras, eu preciso entender a quais coisas elas se referem. E também agradeço aos meus amigos Breno de Jundiaí, Mestre Caixeta, Cássio, Sara, Giowana, Bernardo, Júlia e William Wallace que provavelmente me impediram de cometer suicídio. E agradeço a ilustríssima Amanda da Mota por ter me feito querer ser uma pessoa melhor.

Resumo

Nesse trabalho, analisamos três tratados do século XVI italiano: *Galateo ou Dos Costumes*, de Giovanni della Casa, *O cortesão*, de Baldassare Castiglione e *O Príncipe*, de Niccolò Machiavelli. O objetivo é descrever a relação entre os preceitos de bom comportamento dos livros, seja para um cortesão, gentil-homem ou um príncipe, com intuito de entender o papel de Cícero e Aristóteles nessa arte retórica não apenas para a constituição dessas práticas letradas, mas para a própria referência de moral e decoro nessas obras atreladas ao seu contexto.

Palavras-chave: Arte retórica; Emulação; Práticas letradas; Século XVI; Tratados de decoro; Baldassare Castiglione; Giovanni Della Casa; Niccolò Machiavelli.

Abstract

On this paper, we analyse three treatises of the sixteen Italian century: *Galateo ou Dos Costumes*, by Giovanni della Casa; *O cortesão*, by Baldassare Castiglione; and *O Príncipe*, by Niccolò Machiavelli. It aims to describe the relation between the rules of the perfect behavior, in the books, to a courtesan, a gentleman or a prince. With the purpose of understanding the role of Cicero and Aristotle into the rhetorical art not just in the constitution of the scholarly practices at time, but as reference to the decorum designed into those works of the Italian modern age.

Keywords: Rhetorical Art; Emulation; Scholarly practices; XVI century; Treatise of decorum; Baldassare Castiglione; Giovanni Della Casa; Niccolò Machiavelli.

Índice

Prólogo.....	9
Da arte retórica aos retóricos costumes.....	14
O Cortesão: orador pela causa do prazer.....	20
Das virtudes de um mundo prescrito e descrito.....	26
Considerações finais	31
Referências.....	33

Cabe, então, reconhecer que estes estudos não se aproximam, agora, de algo mais profundo ou preciso a propósito dos objetos tratados. [...] Apenas podem, com sorte, responder mais eficazmente a uma situação presente da história, que já não parece acatar como crível que a linguagem seja representação de etapas sucessivas, historicamente mais completas e plenas, à imagem de um espírito que progressivamente se torna mais capaz de reconhecer a si mesmo.

Alcir Pécora, Máquina de Gêneros, À guisa de Manifesto.

Prólogo

Outros dizem que, sendo tão difícil e quase impossível encontrar um homem tão perfeito como pretendo que seja o cortesão, foi supérfluo escrevê-lo, pois inútil é ensinar aquilo que não se pode aprender¹.

Todas as famílias felizes se parecem, cada família infeliz é infeliz à sua maneira². Essa frase que abre o romance Anna Kariênina consola com uma promessa de essência universal humana, presente na possibilidade de felicidade, sem deixar de retomar o mito de que o sofrimento que cada um carrega é particular e único de cada indivíduo. Humanos, na expectativa de nossa esperança, indivíduos, na contemplação da miséria particular. Entretanto, esse ainda é um modelo de mundo ideal pertinente?

Philippe Descola, numa conferência³, questiona a noção universal de cultura em oposição à natureza. Por serem conceitos utilizados pela antropologia como ponto de partida para interpretar qualquer sociedade humana, a constatação de que são conceitos restritos a uma visão de mundo que é tipicamente ocidental não necessariamente trará uma revolução que fará com que se abandone uma ferramenta de trabalho que tem sido eficiente. Entretanto, voltar a esse questionamento, associado ao problema do etnocentrismo, é parte do exercício que deveria ser um contínuo na reconstrução de nossos esquemas de pensamento.

A partir dos exemplos na conferência dos achuar e dos aborígenes australianos, em que a ideia de cultura oposta à natureza não faz sentido, o autor prossegue utilizando os conceitos por saber ser esta a referência do ocidental, entretanto atrelando a essas noções descrições que contrariam a percepção intuitiva que se tem do uso e sentido corrente. Desse modo, falando aos achuar sobre os seres da natureza, Descola afirma perceber que a noção de natureza a eles não fazia sentido por considerarem que todos os seres têm humanidade, o que incluiria tudo no que seria o campo da cultura. Assim como nas etnografias dos aborígenes australianos relatadas as ideias de cultura e natureza, ainda que compreensíveis, para eles só fariam sentido sendo coincidentes.

Reconhecer essa diferença, estar em contato com quem classificam o mundo de maneira alheia à ocidental, é ponto de partida básico para questionar a pertinência de nossas categorias e adaptá-las a um mundo que está sempre a fornecer novos dados sobre o que significa humano, cultura, natureza e história. Neste último caso, e no que concerne ao próprio estudo de história

¹ CASTIGLIONE, Baldassare. O cortesão. São Paulo: Martins Fontes, 2018. P. 8

² TOLSTÓI, Liev. Anna Kariênina. São Paulo: Cosac Naify, 2013. P. 17

³ DESCOLA, Philippe. Outras naturezas, outras culturas. São Paulo: Editora 34, 2016.

literária, área que abrange o presente estudo, a situação é mais problemática pois parece haver uma resistência maior em reconhecer uma diferença e tomar o estranhamento como método quando se estuda a história do que desembocou no que se entende por ocidente.

Há, por exemplo, uma querela quanto ao recorte literário denominado “barroco” protagonizada pela resposta de Haroldo de Campos, em seu *Sequestro do Barroco*⁴, de 1989, ao *Formação da Literatura Brasileira*⁵, de Antonio Candido, de 1959. A discussão se resume em argumentar se o “barroco” faz ou não parte da formação da literatura brasileira. Entretanto, se lemos *A Sátira e o Engenho*⁶, de João Adolfo Hansen, também de 1989, percebemos que essa discussão não faz sentido, se considerarmos que ela se sustenta no uso de termos anacrônicos para o período de tempo em questão debatido, gerando uma teoria que não participa daquilo que ela pretende analisar.

Afinal, o uso do termo “barroco” vai de encontro à possibilidade de se servir de conceitos e modos de entender o mundo que historicamente eram usadas no período em que esses textos foram, provavelmente, produzidos. Insistir nesse conceito, ou na ideia de formação nacional não difere muito de um antropólogo insistir em nomear atualmente os inuítes de esquimós⁷, o que seria visto como absurdo. Visto que parece ser ponto pacífico para boa parte dos que estudam humanidades a importância de evitar o etnocentrismo como modo de combater uma visão pouco sensível de grupos humanos com percepções culturais reconhecidamente distintas das nossas. Então, por que essa mesma visão não ganhou tanta força quando se trata de anacronismo?

É senso comum entre os acadêmicos que os denominados “povos ou nações indígenas” não partilham de uma visão de mundo idêntica e sequer semelhante com a do ocidente, com exceção dos que há muito estão em contato contínuo conosco. Então, o que justifica partir do pressuposto que um italiano do século XVI pensaria a partir dos mesmos conceitos e categorias que nós no presente, ignorando se perguntar a partir de documentos disponíveis desse período, quais eram suas referências de leituras e quais eram suas práticas letradas pertencentes de seu tempo?

⁴ DE CAMPOS, Haroldo. *Sequestro do Barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*. Salvador: Fundação de Jorge Amado, 1989.

⁵ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

⁶ HANSEN, Adolfo. *A Sátira e o Engenho*. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora Unicamp, 2004.

⁷ Esse exemplo pode nos fazer lembrar do uso do termo “selvagem”, por Viveiros de Castro. Entretanto, nesse caso, a denominação é referente aos textos dos jesuítas portugueses do século XVI que usam desse termo constantemente. Assim, é um uso historicamente coerente, por levar em conta o modo de escrever no período. Ver: CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a morte: sobre a inconstância da alma selvagem. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

Essas perguntas são, por certo, retóricas. Entretanto, se não se pode saber a causa desse comportamento, esse trabalho procura contrariar essa tendência, compreendendo suas limitações como parte do estudo, ao contrário de tentar-se criar respostas criativas para entender um mundo outro comparado ao nosso, reconhecendo a importância de procurar conclusões coerentes com os dados históricos disponíveis, não apenas no que concerne à vida material desses personagens⁸, mas às suas leituras e conceitos próprios que faziam parte da organização de seu mundo, a partir de um senso comum que nos é estranho.

Por esse motivo, decidimos ler e analisar os livros *Galateo ou Dos Costumes* e *O cortesão*, de Giovanni della Casa e Baldassare Castiglione, respetivamente. Textos que, contemporaneamente, não despertam tanto interesse, geralmente por serem interpretados por livros de etiqueta, quando possuem um valor diferente para aquele tempo, em que as *práticas letradas*⁹ estavam baseadas na *arte retórica*¹⁰ e não havia a noção de autoria, mas de *autorictas*¹¹ (*autoridade*). Os livros eram escritos com base no princípio de *emulação*¹², sem almejar qualquer originalidade e o decoro, mais do que demonstração mecânica de boa educação, era como uma arte aplicada a correção dos gestos pelo uso equilibrado da razão.

A inclusão de *O príncipe*, de Niccolò Machiavelli¹³, parte do interesse de interpretar a proximidade que esses livros possuem entre si, não apenas pela questão da língua¹⁴, mas

⁸Considerando que o acesso material que temos a esse “passado” é limitado aos textos, parece ser mais conveniente o uso do termo personagens, em vez de indivíduos ou pessoas. Apesar de personagens de uma história que se pretende real, “enquanto ilusão compartilhada de efeitos persuasivos”. Ver: PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001. P. 13.

⁹ Conceito que compreende os critérios de produção de um texto baseado no que regimenta sua recepção no período em que foi escrito e publicado. DAHER, Andrea. *A oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

¹⁰ É *arte retórica* porque, dessa maneira, reconhece-se o estatuto da retórica como um conjunto de técnicas para falar bem que, assim feito, reúnem-se em arte ou em algo que se assemelha muito à arte. Ver: HANSEN, Adolfo. *Instituição retórica, técnica retórica, discurso*. Matraca, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul./dez. 2013. P. 12

¹¹ “Entre os romanos, a auctoritas orquestrava sua legitimidade ancestral por meio de dispositivos argumentativos que indicassem a validade dos costumes e um ethos irretocável, tão digno quanto inviolável, e apto a arquitetar monumentos eternamente edificantes.” SÁ, Luiz César de. *A autoridade entre os antigos*. História Unisinos, São Leopoldo, 23 (2): 215-230, Maio/Agosto, 2019. P. 229.

¹² A emulação é operação na qual se escreve em semelhança com as autoridades (autorictas) com o objetivo de estimular a virtudes e castigar os vícios descritos no texto com propósito de ser também legado à posteridade pelos escritos. MOREIRA, Marcello. *Imitação e emulação nas letras luso-brasileiras: Francisco Rodrigues Lobo, Gregório de Matos e Guerra e Tomás Pinto Brandão*. Teresa, revista de Literatura Brasileira [19]; São Paulo, 2018. P. 44

¹³ Apesar de o autor ser referido no Brasil sempre por Nicolau Maquiavel, seu nome aportuguesado, por estudarmos outros dois autores de igual período, século XVI, que não tiveram seus nomes aportuguesados para os de “João da Casa” ou “Baltasar Castelinho”, preferiu-se aqui dar preferência a manter o nome do autor de *O Príncipe* grafado como os outros, por uma questão de coerência, no idioma de saída.

¹⁴ Apesar de nesse trabalho utilizarmos os textos traduzidos para o português, não ignoramos as mudanças que ocorriam em torno da língua vulgar, o toscano, que passou a ser enriquecida com diversos termos de origem latina, além de se passar a lhe aplicar uma sintaxe que emulasse a das línguas antigas e fosse mais elegante. Ver: BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

também pela sua própria forma de tratado em que, diferente dos dois primeiros tratados que se dirigem ao gentil-homem, este terceiro se refere ao príncipe que, apesar de circular em semelhante ambiente de corte, é diferente por exercer papel de poder. Nesse caso, a interpretação tradicional que se faz do livro de Machiavelli como sendo de filosofia política, será subvertida em favor da comparação com os tratados de costumes, em que se analisará a maneira como nele se acatam as questões morais do período de publicação, participe da arte retórica que se conhecia.

Essa recusa do anacronismo também inclui uma recusa de tratá-lo idealmente, pois deve ser uma operação que evita concepções prontas. A primeira leitura que, ainda desinteressada historicamente, identificando uma série de semelhanças aparentes entre o que seria o século XVI italiano e o que se vive contemporaneamente no Brasil do século XXI é base para um segundo movimento que deve se caracterizar por um estranhamento. Questionar os quadros e análises que se faz intuitivamente na primeira leitura para, a partir disso, buscar outras fontes do mesmo período que ajudem a desmontar essas concepções pré-concebidas.

Se nos parece intuitivamente plausível ler um documento enquanto expressão de um determinado autor, o que inclui suas experiências particulares de vida, devemos retornar a essa leitura com um questionamento. Dessa forma, pode-se por exemplo questionar a noção moderna de autoria e encontrar o que seria um termo da época que organize essa relação texto-autor que, no caso desse estudo, é a de *autorictas*. Ou, após ler dois documentos muito semelhantes que não se referem um ao outro, ou sequer a um terceiro, em vez de julgar esse fenômeno como plágio, procurar o conceito de emulação.

Dessa maneira, sabemos ser possível nos afastarmos de concepções intuitivas e adquiridas por experiência. Entender que os conceitos de expressividade e individualidade como os utilizamos no ocidente a partir do século XIX são historicamente datados, o que não significa ter de abandoná-los, pois seguir essa linha de raciocínio tornaria qualquer pesquisa impossível. A operação, de fato, consiste numa tradução ou comparação do conceito de que nos servimos contemporaneamente para entender quais conceitos, no período histórico estudado, estariam ocupando o que seria um “lugar análogo”. Não havendo a percepção de expressividade para guiar o fazer dos textos no século XVI, deve-se investigar como era essa produção pautada no uso de lugares-comuns, de emulação de autoridades e de gêneros que antes existiam e não se usam mais atualmente.

Para a produção de um texto mais verossimilhante nesse aspecto, também se deveria investir no uso de termos da época para deixar mais evidente ao leitor de que se fala de um tempo construído por palavras, conceitos e definições distintas das presentes. Como, ao invés

do termo intelectual, usar o de letrado, que são semelhantes mas deixam marcado no texto a existência da diferença. Além desse trabalho em prol do estranhamento, deve ser demarcado a instabilidade das conclusões, que devem ser tratadas por hipóteses. Visto que, se dependemos do entendimento de um número maior ou menor de documentos, deve-se pôr sempre em evidência que outros podem ser descobertos e melhores traduções de cenários já analisados podem ser produzidas.

Por fim, a divisão dos capítulos se dará da seguinte forma: No primeiro capítulo apresenta-se o *Galateo ou Dos costumes*, para a seguir passar para um contexto histórico-retórico do período de sua publicação para abordar vários exemplos de decoro tratados no livro com base em três princípios que guiam a noção de moral do livro. 1) A relação que se estabelece entre Arte e Natureza, 2) Os conceitos platônicos de proporção e unicidade que, nesse caso, resulta em beleza, 3) a preceptiva de bem falar para um gentil-homem para desembocar na percepção de *ethos* aristotélico ou de conciliação ciceroniana, tratando de gênero em paralelo.

No segundo capítulo, apresenta-se O Cortesão, de Baldassare Castiglione e, com um contexto mais amplo sobre a arte retórica e história explicado, entra-se mais profundamente na questão de gênero do livro. Essa que será discutida na relação entre a noção de gentil-homem, apresentada no capítulo anterior, e o que especifica o cortesão, para tratar da construção de um modelo deste que é perfeito e emula a do orador perfeito de Cícero. Por fim, tratar da questão dos velhos para argumentar em favor da corte de Urbino e voltar a como neste caso ele relata a questão da emulação na fala em língua vulgar.

No terceiro capítulo, apresenta-se *O Príncipe*, livro muito conhecido e tido como clássico e que será revisitado. Por essas razões, justamente por possuir fortuna crítica extensa, a base das discussões sobre uma interpretação desse tratado que fuja ao anacronismo se dará a partir da leitura do Apêndice de Raymond Aron que se encontra na tradução do livro utilizado para fazer esse trabalho. O eixo principal dessa interpretação tem por ponto de partida questionar a visão comum desse texto de Machiavelli como exemplo de abandono da moral para se tornar um bom príncipe, por identificarmos ao longo do seu texto uma série de preocupações e preceitos de base moral religiosa.

Da arte retórica aos retóricos costumes

“Devo dizer e deixar bem claro o seguinte: em primeiro lugar, uma exposição sobre a importância da opinião pública e do decoro; em segundo lugar, uma explanação do significado religioso de casamento; em terceiro lugar, se necessário, uma referência ao infortúnio que pode recair sobre nosso filho; em quarto lugar, uma referência ao infortúnio dela mesma”¹⁵

Após ser confrontado com um burburinho de pessoas da alta sociedade sobre o comportamento da esposa, Anna Kariênina, conversando animadamente com Vrónski isolados dos demais, e após refletir muito sobre o que falar, o marido, Aleksiei Aleksándrovitch, decide lhe dar uma advertência. Constituída dos quatro seguintes pontos: decoro, casamento, infortúnios sobre o filho e sobre ela e todos dizem respeito à manutenção das aparências. Sentir-se mal pelo ciúme ou por uma possível rejeição não lhe passam pela cabeça, a questão subjetiva e emocional não é um problema, sendo, por esse motivo, todo seu preparo para essa fala motivado pelo que ouviu de outras pessoas a sua volta.

Essas características de Aleksiei Aleksándrovitch, apesar de bem-sucedido e um bem relacionado membro do alto funcionalismo russo, são o que provocam em Anna Kariênina asco e desinteresse por ele, levando-a a trai-lo por um homem Vrónski que, apesar de ter iludido uma outra jovem, que Anna Kariênina conhece, que queria casar-se com ele, é um homem melhor por amar Anna ardentemente, ainda que esse amor signifique viver uma relação moralmente condenável e alvo de desconfiança da alta sociedade.

Um leitor comum de nosso século, que pouco ou nada sabe da Rússia e do tempo em que este romance foi escrito, provavelmente não deixará de concordar com o senso comum de que ser é melhor de que parecer, a expressão sincera dos sentimento é sempre preferível à falsidade mecânica do seguir regras frias¹⁶. As regras de decoro criadas para a boa convivência nada mais favorecem do que uma aberta falsidade entre as pessoas, não sendo por acaso que os esforços de Aleksiei Aleksándrovitch para atender ao decoro se aliam a uma descrição dele como a de alguém frio e impassível.

Por essa razão, a leitura de *Galateo ou dos Costumes*, livro publicado em 1558, em um tempo em que o decoro tinha outro papel na organização do que seria a “alta sociedade” da época, sendo nesse caso os gentis-homens, o que inclui os letrados, cortesãos e ainda os príncipes, pode soar quase como ridícula. Se um leitor transportar anacronicamente o que ele

¹⁵ TOLSTÓI, Liev. Anna Kariênina. São Paulo: Cosac Naify, 2013. P. 152

¹⁶ “No Romantismo, como é sabido, as regras retóricas de elocução são transferidas para o sujeito, apagando-se como regras, dando-se como não-retórica natural.” ¹⁶ HANSEN, Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da Unicamp, 2006. P. 18.

lê para o seu tempo, não apenas não encontrará pessoa que tenha seguido boa parte desses preceitos no tratado, como provavelmente nenhuma que terá a menor disposição em segui-las, sem qualquer comoção por ser considerada indecorosa pelo que seria tomado como um livreto de etiqueta.

Entretanto, como explicado, a compreensão desse livro deve se dar pela reconstrução do que seria sua primeira normatividade, considerando as outras práticas letradas da época, recaindo sobre a “instituição retórica”¹⁷. O apagamento dessas regras como regras, sendo incorporadas pelos românticos, já no século XIX, como parte orgânica de seu processo criativo, reformaram a própria percepção de arte retórica que se pode resumir no dilema entre símbolo e alegoria. Em suma, a alegoria é oposta negativamente ao símbolo por aquela construir uma imagem por etapas sucessivas, do particular para o geral, de modo mecânico e artificioso. Operação essa que vai de encontro à noção de símbolo que enquanto particular já possui em si a noção do geral, numa relação direta sem qualquer mediação¹⁸.

Entretanto, essas distinção não existia sequer ainda para os modernos, o que inclui a Itália do século XVI, em que os letrados emulavam Cícero e Aristóteles e em que a arte retórica ainda fazia parte da educação nas artes liberais¹⁹, não havendo um conceito de arte separado de técnica²⁰. Assim, a distinção entre símbolo e alegoria concebida pelos românticos, para os modernos do século XVI não faria sentido, sendo inclusive conceitos sinônimos para eles. Sendo assim, parece factível afirmar que esse essa rejeição por uma preceptiva retórica de igual maneira recaia sobre as normas de decoro.

Assim, no *Galateo*, os preceitos que cobrem como se portar bem enquanto bem dispor os gestos e as palavras, para agir discretamente e falar com eloquência, são parte de uma reflexão moral. Ao longo do livro, além de listar atitudes que devem ser evitadas, a *autorictas*

¹⁷ Termo cunhado por João Adolfo Hansen. Ver: HANSEN, Adolfo. *Instituição retórica, técnica retórica, discurso*. Matruga, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul./dez. 2013.

¹⁸ HANSEN, Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da Unicamp, 2006. P. 15.

¹⁹ “In many schools the pupils were taught letter-writing and the tropes and figures before any other part of rhetoric. Teachers of literary texts often reinforced pupils’ understanding of rhetorical theory by commenting on the use of tropes, figures, amplification, and structure. Some schools read a wide range of classical texts but there was a core of texts in which most schoolboys across Europe would have done some reading: Cicero’s Epistles, De officiis, and Orations, Terence, Virgil’s Eclogues and Aeneid, Ovid, Horace, or another lyric poet, Caesar or Sallust. Composition exercises were linked both to pupils’ reading (for example in Cicero’s earlier letters) and to composition manuals (such as letter-writing manuals, progymnasmata, and Erasmus’s De copia).” MACK, Peter. *A History of Renaissance Rhetoric 1380 – 1620*. New York: Oxford University Press Inc., 2011. P. 6.

²⁰ “Tékne se opõe a tike, o acaso, e a apeiria, inexperiência. O Anônimo autor da Retórica para Herênio diz: ‘ars est praeceptio quae dat certam viam rationemque dicendi’ – ‘a arte é o preceito que fornece a via correta e a razão do dizer’. E Quintiliano, na Institutio oratória: ‘ars est potestas via, id est, ordine, efficiens’ – ‘a arte é o poder eficiente, isto é, a via com ordem’.” Ver: HANSEN, Adolfo. *Instituição retórica, técnica retórica, discurso*. Matruga, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul./dez. 2013. P. 35.

acaba por argumentar em favor de certas conclusões, emuladas de Cícero e Aristóteles. A primeira sobre a qual trataremos é a da relação entre arte e natureza. Nas últimas páginas do livro, é apresentada a ponderação:

Apesar de as forças da natureza serem grandes, ela é com bastante frequência vencida e corrigida pelo costume, devendo-se começar desde cedo a enfrentá-la e a rebatê-la antes que tome excessivo poder e ousadia. Porém, a maioria da pessoas não o faz. Ao contrário, atrás do apetite, desviados, sem resistência, seguindo-o onde quer que ele as leve, acreditam obedecer à natureza, como se a razão não fosse nos homens coisa natural, antes, esta tem, como senhora e mestra, o poder de mudar os costumes corrompidos elevar a natureza, onde ela se incline ou caia alguma vez²¹.

Ao contrário do que poderiam concluir os românticos, essa visão de arte como técnica não significava para os antigos ignorar a participação da natureza e de uma certa espontaneidade na elaboração de uma obra. Cultivavam, como podemos ler, a visão de que a arte servia para corrigir e a natureza, tendo na razão um artífice contra os desvios apetite. Assim, o que ocorre no mundo sem cultivo, deve ser reunido em uma arte de modo a se poder lhe conhecer os princípios para que se aprenda e os desvios, para que se corrija²².

Desse modo, quando Della Casa prescreve quanto a bater nos criados, podemos observar o cumprimento desse princípio. Sabe-se que o senhor tem o direito de bater no seu criado, apesar de que, em respeito à companhia e para a manutenção do prazer e alegria ante a mesa, deve-se evitar fazê-lo ante aos pares. Nesse caso, a existência de um direito ou de uma lei não indica que ela possa ser aplicada em qualquer ocasião, deve haver um respeito a uma conveniência. Essa questão também é pontuada por Aristóteles ao recorrer ao caso da Antígona que, contra as leis da cidade, tem o direito natural de enterrar o irmão²³.

Esse dualismo em muito se relaciona com a percepção, nesse caso platônica, de beleza que está presente no livro e se define por dois conceitos, o de proporção e de unicidade. Princípio narrado na anedota sobre um gentil-homem, conde Ricciardo, que visitou o bispo Giovanni Matteo Giberti. Depois de alguns dias, reparou o bispo que, em contraste com a virtude de seus modos, havia no conde um pequeno defeito, um barulho que fazia ao mastigar, que o incomodou. Assim, pediu para que um cortesão lhe avisasse sobre esse detalhe após a partida. Assim feito, o conde Ricciardo, mesmo constrangido, agradeceu o favor do bispo²⁴.

²¹ DELLA CASA, Giovanni. *Galateo ou Dos Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, P. 76

²² Após argumentar a oratória não ser exatamente uma arte, descreve dádivas que só a natureza é capaz de prover para gerar um grande orador, ato no qual distingue arte e natureza. Ver: SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I*, 9, 23. 2009. 308f f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). PP. 165-166.

²³ ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005. P. 144

²⁴ DELLA CASA, Giovanni. *Galateo ou Dos Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, PP. 10-12

Essa história é representativa por abordar um defeito tido por pequeno, principalmente se considerado em comparação com todas as outras virtudes e hábitos impecáveis do conde. Entretanto, é nesse contraste que reside o incômodo, pois ele indica uma falta de unicidade na maneira como o conde Ricciardo se porta. Nesse caso, o problema não está unicamente em mastigar provocando um som desagradável, trata-se para a *autorictas* em possui um defeito que quebra com o princípio de unicidade necessário para ser belo.

Se as outras qualidades do conde são boas, elas por si só não bastam, se não formam um conjunto com todos os hábitos que ele possui de um todo único e coerente. Essa falta de unicidade está ligada ao problema da proporção, do qual falaremos melhor ao se explicar o conceito de *sprezzatura* sobre o qual se constrói o modelo de cortesão perfeito em Castiglione. Por ora, basta-nos lembrar, no *Galateo*, essa sentença do início do texto, em que está escrito: “E não te preocupes que as coisas ditas anteriormente pareçam de pouca monta, pois os golpes leves, se são muitos, costumam matar”²⁵

Nesse caso, a questão da proporção se revela no princípio de que os defeitos pequenos, se causam pouco mal, costumam ocorrer mais frequentemente, pois são fáceis de serem cometidos, diferente dos grandes defeitos que, grandiosos, acontecem raramente. Porém calculando que o peso do erro é inversamente proporcional a frequência com a qual ele ocorre, a medida do incômodo acaba por resultar ser muito semelhante. Assim, a falta de unicidade acaba por desembocar na própria desestruturação de uma aparência de si que seja proporcional.

Seria o caso, pelo exemplo citado no livro, de um homem muito educado e instruído que não se atenta quanto aos seus gestos, veste-se ridiculamente, arrota em público, não penteia o cabelo e não sabe quando passar ao outro a palavra. A disparidade desses costumes quebra com a proporção, por não parecem pertencer a uma mesma pessoa, como o autor afirma quanto a um rosto que é feio em comparação com o belo:

Assim como vêes que são os rostos das belas e formosas jovens, porque as feições de cada uma parecem criadas para um mesmo rosto, o que não ocorre com as feias [...] parece que aquele rosto não seja de uma só mulher mas composto de rostos de muitas e feito de pedaços;²⁶

Esse conceito, em que pedaços díspares entre si resultam em feiura, também se aplica a como se deve dispor um discurso, tema que ocupa várias páginas nesse tratado. Essa semelhança de determinações morais quanto aos gestos, o corpo e em como se deve empenhar as palavras trazem à tona a relação de decoro discutida no livro com o que se lê nos textos de

²⁵ Idem, P. 10

²⁶ Idem, P. 79

oratória e retórica que foram emulados para constituir essa moral moderna. Aristóteles e Cícero não prescreveram normas de como se portar numa sociedade de corte ante os pares e o seu senhor, porém o conceito de beleza que foi trazido do discurso a um comportamento mais associado à questão do *ethos* marca uma definição de costumes retóricos.

Mais chama a atenção nas prescrições sobre um uso gracioso da fala, da parte do mestre rústico, a sua recomendação de palavras claras e simples, sendo usadas sempre as da própria terra. Ponto que vale o destaque justamente por possuir extrema semelhança com muitos conselhos contemporâneos sobre como se deve redigir um texto, sempre em respeito à levar clareza e entendimento simples. Entretanto, devemos compreender que as razões que levam a essas questões são, em grande medida, inconciliáveis. Na leitura do Manual de Redação do Ministério das Relações Exteriores²⁷, expressa-se esse mesmo conselho, porém por razões práticas. A clareza é preferível à obscuridade para evitar quiproquós, para que a comunicação sempre se dê sem qualquer incidente.

As razões pontuadas por Giovanni della Casa são morais. Ao voltar em Cícero e Aristóteles, ambos afirmam que o público do orador, em grande medida, não é erudito, sendo necessário escolher um discurso de mais amplo entendimento e acesso para se ganhar o litígio em questão, seja judicial ou deliberativo²⁸. No caso das conversas nas cortes, a clareza deve garantir o prazer da companhia, pois todos devem entender o que se diz, sejam laicos ou letrados, de modo que ninguém deve restringir a conversa ao grau de sua própria erudição, como se corrigisse os outros²⁹.

Desse modo, todo o texto, nos assuntos que aborda sempre recai no que diz respeito ao *ethos*, a como o gentil-homem deve se portar e se mostrar não apenas aprazível, mas permitir que testemunhem a coerência e beleza de suas ações. Caso que se torna exemplar no que concerne à lavar as mãos. Esse ato está, neste livro, entre os que devem ser feitos no quarto, longe de todos, como pentear-se ou tirar as roupas. Todavia, “quando se requer ir à mesa; pois

²⁷ Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Manual de redação oficial e diplomática do Itamaraty*. 2016. PP. 13-15.

²⁸ Nos tribunais gregos e latinos, os juízes e espectadores não necessariamente eram estudados como os oradores que ouviam, assim seu discurso devia se acomodar à simplicidade para ser compreendido. Ver: ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005; SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I*, 9, 23. 2009. 308f f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo (SP).

²⁹ “o homem deve se vestir ao modo dos outros, para que não dê mostra de repreendê-los ou corrigi-los, coisa que aborrece o apetite da maioria das pessoas, que gosta de ser louvada, e que desagrada também o juízo dos homens que concordam entre si, pois as roupas de uma época não se adequam à pessoa que é desta.” Ver: DELLA CASA, Giovanni. *Galateo ou Dos Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, P. 81

então convém lavá-las à vista, ainda que não tivesses nenhuma necessidade, a fim de que quem compartilhe contigo o mesmo prato o saiba com certeza.”³⁰

Esse exemplo é curioso por contrariar a concepção que possuímos de confiança. Visto que ainda que não se tenha visto se a pessoa lavou as mãos, por ser ela conhecida e tratada como igual, sua palavra ou a própria suposição de asseio bastam para considerar que ela lavou as mãos. Nessa situação, considerando preceitos de decoro que emulam texto sobre oratória, o que parece ser válido é dar ao outro a prova do asseio, num contexto em que a virtude dos pares é medida pelo testemunho das atitudes³¹. Em um mundo em que há a nossa noção de eu subjetivado, de uma certa bondade ou pena implícita, parece ter maior valor confiar cegamente do que exigir testemunho, inclusive sendo a exigência de prova considerada ofensiva.

A necessidade de se comprovar pelas atitudes a virtude que possui um gentil-homem participa do conceito de *ethos*, que diz respeito ao caráter do orador, seja na *Retórica* ou em *Do Orador*. Entretanto, como pode ser lido em ambos os textos, a essa esfera possui uma importância menor do que a do *logos* e mesmo a do *pathos*, pois diz respeito a um fator muito separado do texto a ser exposto numa tribuna pelo orador. Nesse sentido, ainda que possua uma relevância a maneira como o orador se porta ante o seu público, mais deve valer como ele dispõe e inventa o que irá dizer enquanto parte de uma matéria universal bem mais do que uma questão atrelada a ele ao caso de quem está sendo relatado na ação.

Porém, em vários momentos do texto, durante a interrupção da fala para se fazer uma pergunta ou para passá-la a um outro que vá debater o próximo tema, há sempre o espaço para se elogiar quem fala como um grande orador e possuidor de um grande talento pela natureza sem ter desperdiçado nada que lhe concedeu a arte. Com isso, pode-se dizer que o caráter do orador ao ser emulado em *Galateo* segue os mesmos princípios de modo a reduzir todos os preceitos aos princípios básicos já supracitados, de modo a expor um modelo que seja senso comum do que é belo e também ao discorrer longamente sobre a fala.

O modo como o gentil-homem se comporta gestualmente é emulação discursiva, em que se encontram nas prescrições dos gestos as mesmas conclusões que recaem sobre o discurso do orador e como se deve falar. A escolha de uma roupa que esteja de acordo com o costume da maioria, pois estar mais bem vestido é ofensivo, não difere de se ressaltar no texto que se

³⁰ Idem, P. 91

³¹ “Acaso, então, parece bem, ao darmos preceitos acerca da eloquência, que ensinemos algo até mesmo da apresentação de testemunhos, como se fizessem parte da arte?”. Ver: SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I*, 9, 23. 2009. 308f f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). P. 203.

deve falar de maneira clara e objetiva, sendo possível a um letrado travar uma conversação com um laico sem parecer amuado³².

A parte em que talvez possa se observar maior diferença está na possibilidade de adquirir esse caráter ilustrado. Se em Cícero preceitua-se que o que sobra à arte em face do engenho é pouco, pois o grande orador é aquele que é talentoso e possui habilidades a ele cedidas por natureza, no *Galateo* essa questão não é repetida tão afirmativamente, sendo inclusive pontuado por Pécora que muitos leram o manual como uma lição de decoro quase democrática³³.

Porém, toda a experiência da qual se precisa dispor para se tornar um gentil-homem e ter acesso para o bem falar está no nascimento do sujeito que, se é de boas condições, nobre, pode ser instruído e visitar diversas cortes e, para eles, esse livro lhes será verdadeiramente útil. O talento natural ao qual tanto se refere Cícero, no caso dos gentis-homens de Della Casa, reside na sua posição de nascimento que lhes provém um certo local numa hierarquia. O modelo de fala que lhes pode ser concedido e aprendido para serem, igualmente, se possível, brilhantes cortesãos é tratado no próximo capítulo.

O cortesão: orador pela causa do prazer

Não sem maravilha, várias vezes considerei onde surge um erro que se acredita ser próprios do velhos, pois neles se encontra universalmente: é ele o de que quase todos louvam os tempos passados e criticam o presente, vituperando nossas ações, maneiras e tudo aquilo que não faziam em sua juventude; afirmam ainda que todo bom costume e toda boa maneira de viver, toda virtude, tudo enfim, vai sempre de mal a pior³⁴.

É provável que a reação a essa sentença, se considerarmos ter sido escrita há vários anos, pode ser um sincero riso por reconhecer que, esse defeito que a *autorictas* atribui aos velhos de seu tempo e nos anteriores, em grande medida, encontramos contemporaneamente. Entretanto, a questão levantada, longe de ser um chiste, desemboca em uma série de argumentos, alguns sem sentido para nós³⁵, contra essa concepção. No intuito de defender a importância e o valor

³² Em referência ao que afirma, pela leitura de uma crônica, Giovanni della Casa sobre como Dante era presunçoso e amuado, incapaz de conversar com os laicos. Ver: DELLA CASA, Giovanni. *Galateo ou Dos Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, P. 58.

³³ PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001. P. 80.

³⁴ CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 2018. P. 83

³⁵ Para tomar por exemplo: o argumento de que, se há homens mais viciosos do que no passado, por certo deve haver mais virtuosos, pois o vício nasce da semente corrupta do bem e, para ter mal pior, deve haver bem melhor, por um derivar do outro. Essa concepção aristotélica de vício como corrupção da virtude, numa relação de equivalência em um mundo organizado e hierarquizado, não mais convence nós que hoje, em grande medida,

de homens e mulheres na corte de Urbino, retratada no diálogo e que, por certo, não é de menor valor do que as frequentadas em tempos passados.

Diferente do tratado anterior, este discute as questões de decoro voltadas ao *ethos* de modo em que a apresentação dos hábitos que devem ser cultivados para se tornar um perfeito cortesão são sempre colocados à prova no diálogo. Com isso, além de se apresentar um modelo que se cola ao de gentil-homem do tratado anterior, em que se discute como ele deve portar a palavra, no sentido de construção do discurso, o próprio diálogo que compõe o livro serve de exemplo do que seria essa conversação, assim sendo o livro modelo de bem falar que é próprio do gentil-homem que frequenta as cortes.

Pouco provável que houvesse um gentil-homem que não desempenhasse esse papel, pois a experiência retratada no *Galateo* para essa boa educação ocorre justamente na vida da corte. Todavia em vez de Castiglione abordar os hábitos em série cobrindo diversos comportamentos dos quais se valer não apenas na conversa, mas através de como agir gestualmente, decide-se tratar especificamente da palavra empenhada ordenada e eloquentemente para o prazer da companhia.

Desse modo, ao mencionar uma diferença entre cortesão e gentil-homem, não se deve entendê-la separando esses papéis com precisão, mas compreender haver uma diferente distribuição desses para um mesmo homem que enquanto é gentil-homem deve cumprir os hábito de cortesão em uma conversa. Nesse caso, se no tratado de Della Casa a maior parte do texto se refere à admoestações sobre o que não fazer, em Castiglione toda a doutrina do texto recai em tudo que é necessário saber.

Se aquele aconselha principalmente sobre como se deve contar uma história, tendo um bom domínio do que vai dizer para não dizer demais ou se confundir, este sugere qual gênero de histórias contar. Como não há separação entre forma e conteúdo no entendimento de texto neste período, a concepção de gênero apresentada não apenas envolve como se deve apresentar a matéria, mas os próprios lugares-comuns que podem ou não ser desenvolvidos fazem parte do que constitui um gênero³⁶.

interpretamos o mundo como caótico ou de uma ordem inacessível à compreensão humana. Ver: CASTIGLIONE, Baldassare. O cortesão. São Paulo: Martins Fontes, 2018. P. 87

³⁶ Diferente da definição de romance com a qual se trabalha contemporaneamente, em que, de tão geral, inclui livros tão díspares entre si como Anna Kariênina, Vidas Secas e Ulysses, no período tratado a construção de um gênero pede a inclusão de certos lugares-comuns que dão em definições mais precisas. Por exemplo, em vez de uma noção geral e abstrata de poesia, os textos em versos eram tratados por nomes precisos que indicavam sua estrutura e temática, como madrigal, pastoral, soneto etc. Ver: PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.

Assim, podemos dizer, de modo mais aproximativo, que enquanto Della Casa trata do *ethos* para apresentar bem o *logos*, Castiglione se dedica a um *logos* que apresente bem um *ethos*, pois ambas as partes do discurso não se separam, mas são tratadas a partir de abordagens distintas. Para demarcar a diferença nelas, podemos dizer, de uma certa forma, que o *Galateo* se explica pelas percepções de proporção e unicidade para a beleza e também que a beleza deve ser parte da boa ação, enquanto em Castiglione o princípio moral que guia seu livro é o da *sprezzatura*.

Assim como Cícero, em seu *Do Orador*, nos dá o orador perfeito, Castiglione se dedica a um objetivo semelhante, com intuito de prescrever um cortesão perfeito³⁷. Ambos os textos são escritos em forma de diálogo e, também em ambos, a palavra é passada de personagem a personagem: como de Crasso a Antônio, em Cícero, e de dom Frederico a Bernardo Bibiena, em Castiglione, e os que escutam suas exposições questionam ou concordam. Em *Do orador* não parece haver nenhum conceito que resuma os demais em termos de como agir para ser perfeito, pois nele se atribui a maior parte do que faz um bom orador à natureza que, se não houver adequada para o bom cumprimento do ofício, os estudos devem ser abandonados.

Entretanto, como já citamos, n’*O Cortesão* temos a *sprezzatura* enquanto conceito que ordena moralmente uma grande diversidade de preceitos destilados ao longo do livro. Alcir Pécora já traz uma boa definição do conceito: “a disposição para o belo gesto, afetado como natural a ponto de assemelhar-se a certa negligência ou altivez descuidada [...] deve tender para a virtude afetiva, moral, espiritual que incorpora a ambição estoica da imperturbabilidade.”³⁸

A definição desse conceito se torna interessante se tomarmos a importância atribuída à Natureza por Cícero na formação do que é um bom orador. Ainda que um jovem seja muito dedicado aos estudos e pareça interessado, de nada adiantam seus esforços se o mestre nele não se aperceber de um talento concedido previamente. No caso, principalmente por julgarem os erros nessa ocupação, por serem geralmente indesculpáveis e atribuíveis à estupidez, insuportáveis ao mestre. Tanto que Crasso, no diálogo, diz a Cota e Sulpício que só acederá a vontade deles de dizer aquilo que sabe da arte retórica por ver neles talento no qual vale ser investido³⁹.

³⁷ “Studying De oratore provided a model for the possibilities of the dialogue form for many renaissance writers, notably Castiglione in Il Cortigiano.” Ver: MACK, Peter. *A History of Renaissance Rhetoric 1380 – 1620*. New York: Oxford University Press Inc., 2011. P. 19

³⁸ PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001. P. 73.

³⁹ SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23*. 2009. 308f f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). P. 168.

Afinal, essa negligência que se traduz na *sprezzatura* em muito se parece com um esforço de fazer parecer que aquilo que se obteve a partir dos estudos, é parte da natureza no cortesão que se apresenta. Nesse caso, existe um desejo de demonstrar habilidades adquiridas por esforço que se possuem como um talento, porém no livro d’*O cortesão* parece haver uma consciência dessa impossibilidade que, por esse motivo, deve ser afetada e acaba por se traduzir numa norma de decoro.

Durante a exposição, principalmente durante o primeiro livro, daquilo que o cortesão deve saber, como grego, latim, ao menos as principais línguas vernáculas conhecidas, francês e espanhol, e pintura, música, dança, canto e arte militar, é abordado no texto como qualidades, todas juntas, impossíveis de serem alcançadas por uma pessoa só, questão que se apresenta logo na introdução do livro. No entanto, a lição que se espera passar é a de aparentar por meio de negligência possuir todos os conhecimentos, sem se mostrar como especialista em nenhum, pois assim não haveria tempo de dominar os outros.

Desse modo, parece nesse ponto que a *sprezzatura* é um termo de decoro nas cortes que emula aquilo que deveria ser dado ao homem pela natureza, como expressão de um talento que, não o possuindo, deve ser capaz de afetá-lo graciosamente. Não sendo, ainda nesses termos, ocasional que a introdução do segundo livro se incline sobre como os velhos argumentam serem as cortes do passado melhores e menos viciosas que as do presente, o que o autor se dedica a refutar com argumentos pautados numa certa noção estruturada de natureza de verve ciceroniana e aristotélica.

As proposições sobre as quais ele decide discorrer no início do segundo livro são três: as gerações posteriores são sempre piores que as anteriores; a de que as cortes de antigamente são menos viciosas que as atuais, pois se pode observar crimes de maior iniquidade; e os jovens adotam costumes e se vestem de modo nunca antes praticado pelos mais velhos. Esse problema também é relatado brevemente em *Galateo*, em que a *autorictas* afirma que “quem andasse para trás com tais razões, faria retornar passo a passo o século a viver de bolotas”⁴⁰.

Essa discussão, de fundo histórico, em que os velhos de quem fala Castiglione são testemunhos de outros tempos, mas de cujas avaliações deve-se duvidar, retoma a famosa frase de Cícero, presente no segundo livro, em que está escrito: “Quanto à História, testemunha dos tempos, luz da verdade, mestra da vida, mensageira da antiguidade, que outra voz confia a da

⁴⁰ DELLA CASA, Giovanni. *Galateo ou dos Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. P. 38.

antiguidade, senão a do orador.”⁴¹ Essa sentença resume uma relação com a história que, pela atual perspectiva de progresso e mudança que possuímos, perdeu-se. A de que a história serve como modelo para as práticas que devem-se fazer no futuro, que devem se repetir e atualizar.

Contra o argumento dos velhos de que tudo se deteriora em vício, o argumento de Castiglione é, que nesse modelo faz sentido, o de que a visão de um mundo pior presente nos velhos é um vício que neles se encontra por ter um corpo deteriorado e capacidade reduzida de aproveitar a vida, o que os leva a maldizer o presente. Não é ocasional que o começo de *Do Orador* homens de maior experiência nos tribunais e muito ilustres em sua profissão se dedicam a ensinar aos mais jovens por verem neles talentos que podem superá-los em habilidade. Esse mesmo argumento de que as mudanças podem se aplicar a melhorias, também aparece no texto do Castiglione, em que se lê:

“Portanto, seja nos seja consentido seguir os costumes de nossos tempos sem sermos repreendidos por esses velhos que muitas vezes querendo elogiar-se dizem – eu tenho vinte anos e ainda dormia com minha mãe e minhas irmãs e por muito tempo não soube o que era uma mulher, agora os jovens estão fedendo a cueiro e conhecem mais malícia do que os homens feitos sabiam naquele tempo. Não se dão conta que, ao dizer isso, confirmam que nossos jovens tem mais engenho que seus velhos.”⁴²

Esse trecho causa, numa primeira leitura, uma confusão: se não havia uma percepção de progresso a qual se fiar e se a história era mestra da vida porque os eventos do passado permitiam prever como seria o futuro, com base em qual argumento se constrói essa percepção de melhoria dos eventos? No caso, a resposta está no argumento de Castiglione, que a nós soa estranho, de que se as cortes do tempo deles pareciam mais viciosas, no caso de haver homens piores, era pelo motivo de haver engenhos melhores. Afinal, o vício deriva da semente da virtude, logo apenas das melhores sementes pode derivar os piores vícios, sendo assim que os homens do passado se faziam menos mal, faziam o pior mal que conheciam.

Essa melhora, ou situação de se identificar engenhos melhores no presente que no passado, não são fruto de raciocínio que em qualquer ponto se aproxime de nossa noção de progresso. De fato, a história se estrutura de acordo com uma natureza em que o desenvolvimento dos engenhos, com mais virtude, leva a se conhecer piores vícios, assim as

⁴¹ SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23*. 2009. 308f f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). P. 201

⁴² CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 2018. P. 88.

alterações se podem perceber numa mudança previsível na estrutura já conhecida do mundo que abriga os homens.

Dessa maneira, são reconhecidas mudanças nos costumes, mas que não possui mal ou bem algum por se manifestar da forma como são. Por esse exato mesmo argumento, de cuja discussão é longa, que no final do primeiro livro se passa a discutir como se deve falar e qual uso de língua que se deve estabelecer nas cortes, se há um melhor ou escolha preferível. Ainda que o diálogo não se apresente com nenhuma conclusão, pois é interrompido por ter demorado demais⁴³, parece que se pode concluir que o melhor uso, no que entende a *autorictas*, em analogia a outros argumentos defendidos, é de que o uso da língua deve ser o moderno, falado e compreendido por todos.

Toda essa discussão⁴⁴, no livro travada entre Dom Frederico e o conde Ludovico, se dá principalmente sobre a questão da emulação. Já sendo a língua toscana provida de bons exemplos para ser emulados, principalmente Bocaccio, Dante e Petrarca, a questão reside em se saber se deve escrever como eles escreveram ou, por serem autoridades que publicaram e escreveram suas obras há um século ou mais, se ainda vale a pena repetir formas que já caíram em desuso e se não seria mais coerente se aplicar em usar o vernáculo que todos compreendam.

Essa discussão se alonga por se tratar de línguas num contexto em que as línguas vivas passam a ser consideradas como suporte de textos que antes estavam reservados ao latim. Dessa maneira, os estudos acerca do latim, que era uma língua morta, mostram-se insuficiente pra se lidar com uma língua que está viva e consequentemente renova seus vocábulos e usos e, não apenas deve ser representativa de elegância, como também se apresentar compreensível aos que a estão usando, em consonância com seu uso falado.

Independentemente de qualquer questão de “estilo”, a língua acaba sendo entendida como os costumes, de modo em que não há bem ou mal de se usar uma ou outra, a depender da corte em que se encontra um cortesão, talvez sendo por isso que lhe seja recomendado conhecer as principais. Apesar desse argumento não levar a uma liberalidade e aceitação de qualquer uso, pois deve-se ser consonante com os modelos de elegância utilizados no latim, nele se inclui adaptações para o vernáculo, o que se demonstra no próprio cultivo de autoridades próprias para como se deve usar a língua toscana, como acima demonstrado.

⁴³ “Então a senhora Emília: - Parece-me – disse – que essa vossa discussão já se tornou longa e cansativa; portanto, seria bom retomá-la em outro momento.” Ver: CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 2018

⁴⁴ Idem, PP. 46-61.

Com isso, parece-nos que o incremento do vernáculo nas cortes enquanto línguas a serem usadas durante a conversação, muito mais práticas que o latim em uso pelos letrados, pode ser compreendido como um movimento que acabou por acarretar no enriquecimento da língua vulgar de modo que se preserve a elegância desejada pelos cortesãos como interesse de emular, enquanto também se desejava falar uma língua mais natural por pertencer ao convívio de conversação desses gentis-homens que poderiam afetar uma negligência com mais facilidade do que poderia ser feito com qualquer outra língua morta.

Das virtudes de um mundo prescrito e descrito

Não se pode propriamente chamar de *virtù* o fato de assassinar seus concidadãos, trair os amigos, não ter fé, piedade, nem religião. Deste modo pode-se adquirir poder, mas não a glória⁴⁵.

No capítulo VIII de *O príncipe, Dos que chegaram ao principado por atos criminosos*, está escrito o famoso conselho do tratadista italiano de que a crueldade bem empregada é aquela em que o mal é feito todo de uma só vez, sem se insistir nele depois. Assim sendo possível preservar o principado ainda que se o tenha alcançado por atos celerados. E, sendo uma vitória desprovida de *virtù*, talvez se esse príncipe empregar *bem* a crueldade, fazendo a *autorictas* uma ressalva ao uso desse adjetivo junto a crueldade, talvez ele obtenha remédio com Deus e com seus súditos.

Essas ressalvas que Machiavelli faz nesse capítulo, apesar de instruir como agir de maneira celerada, comprovam que ao contrário do senso comum sobre seus conselhos em sua obra, ele não era moralmente desinteressado. Ao longo do livro, em outros trechos, há uma série de reflexões quanto a questões religiosas que sempre acompanham as prescrições feitas pelo autor julgadas corretas para a conquista e manutenção do principado.

Apesar de ser um livro muito lido, ou ao menos muito citado, é estranho que uma edição brasileira, mais recente reimpressa em 2012, mantenha um artigo que preserve concepções antigas sobre essa obra, pautadas numa análise histórica em muitos pontos anacrônica de modo que, com o que conhecemos hoje, poderiam e deveriam ser evitadas. Por esse motivo, como guia da análise desse tratado, decidimos trabalhar com alguns dos juízos presentes nesse ensaio e fazer algumas interpretações que possam contrariar essas leituras ou, ao menos, propor um modo que pareça historicamente mais coerente para lidar com certas constatações feitas pela *autorictas*.

⁴⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. P. 39.

No ensaio de Raymon Aron, no apêndice do livro, faz-se uma trajetória que compara Marx e Machiavelli, de modo em que ambos fizessem parte de um mesmo processo de progressão histórica em que este quer ser o conselheiro do príncipe e aquele é o profeta dos nossos tempos, no caso o século XX⁴⁶. Na esteira das comparações que alimentam o diálogo no interior do texto, há certas constatações que recorrem a certos lugares comuns sobre Machiavelli que são revisadas, sendo estas 1) De que o tratadista italiano não escapa da condenação moral de ser maquiavélico, 2) de que através da leitura de seu texto se possa ler um patriota e um defensor da liberdade, 3) como quem decidiu abandonar a moral e prescrever um tratado sobre a realidade.

A primeira questão é um dos lugares-comuns mais repetidos em nosso tempo, de que Machiavelli abandona a moral religiosa para aconselhar crimes e crueldade⁴⁷ aos príncipes para a possível conquista ou manutenção de seus postos. Ou aquele que afirma ser melhor ser temido do que amado⁴⁸ e considerando que muitos homens não cumprem sua palavra, também os príncipes não se devem orientar por essas regras morais e quebrar a palavra dada quando lhes for conveniente⁴⁹.

Entretanto, a leitura desses conselhos não deve se distanciar de outros termos usados pelo tratadistas ao referir esse comportamento. No caso do aconselhamento de crimes e crueldade, como brevemente discutido acima, alia-se a uma compreensão de que esse é um modo desprovido de *virtù* de obter um principado e que o príncipe que o fizer jamais obterá glória, além de recomendar, no fim, de que ele deve buscar favores ao lado de Deus, para não ser condenado. Assim, o aconselhamento em agir maldosamente não se distancia do preceito cristão de culpa, em que há um pecado que mancha o homem em atitudes iníquas, como igualmente não se foge ao perdão, o que justifica reparar o mal feito.

Não ter como base moral de ação para o príncipe a religião em nada significa abandoná-la. O contexto da escrita e publicação d'*O Príncipe*, na esteira dos outros livros tratados que são o *Galateo* e *O Cortesão* seguem uma dinâmica semelhante em aconselhar comportamentos dados civil e urbanamente. A leitura de tratados como *Do Orador* ou *Retórica* são relevantes na preceptiva de costumes dentro das cortes que, no contexto amigável de causar o prazer da companhia seguem preceitos de uma educação que pressuponha a virtude alheia, inclusive escrevendo explicitamente Della Casa ser grosseiro pressupor falta de caráter da companhia⁵⁰.

⁴⁶ ARON, Raymond. Marx e Maquiavel. In: *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. PP. 131-156.

⁴⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. P. 37.

⁴⁸ Idem, P. 79

⁴⁹ Idem, P. 83

⁵⁰ DELLA CASA, Giovanni. *Galateo ou dos Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. P. 67.

No caso da descrição do papel de príncipe, que difere de cortesãos e gentis-homens, pois são papéis que muitos homens exercem, havendo vários em um mesmo reino ou república, este é um só e possui nos seus pares, inimigos. No contexto de guerra permanente, no qual o autor não extrai apenas exemplos antigos, mas muito contemporâneos que ele afirma ter adquirido por experiência, é razoável construir uma moral civil e urbana que se adeque a exercer uma função que está sempre sob a ameaça de outros, sejam outros príncipes ou da parte do descontentamento do povo.

Sobre o povo, inclusive, como podemos ler na concepção moral mais semelhante a do período, como lemos na análise de Pécora sobre as máximas de La Rochefoucauld, não existe uma percepção de mundo e sociedade que se estenda para além dos discretos⁵¹. O que convencionou-se chamar de povo para nós não possuía qualquer estatuto político no momento, eles estavam fora do que, nesse caso, podemos chamar de partilha do sensível⁵².

Desse modo, quando Machiavelli admite crueldade ao vituperar o povo, ele parece estar mais próximo da boa vontade dos princípios cristãos que tendem a reconhecer em todos a sindérese. Não se procura, de forma alguma, cair numa análise personalista de ser a *autorictas* alguém favorável à tirania ou talvez um bom homem por, nos padrões da época, ir de acordo com um padrão moral cristão. O ponto está em entender que a “realidade” a qual o autor se refere é medida a partir de outros princípios morais distintos do nossos, o que nos leva a um segundo ponto.

Ao obtermos a informação de que existe um livro chamado *O príncipe* e que existe um nome atrelado a ele, no caso Niccolò Machiavelli, logo concluímos uma relação de autoria. Este homem que possuía uma determinada vida pessoal atravessada por certas convicções e modos de pensar registrados em parte em seus livros e, quiçá, em biografias posteriores, possui um determinado caráter enquanto indivíduo que o leva a escrever o que escreve e destilar certas crenças que levam um leitor moderno, no caso de Raymond Aron, a interpretá-lo como patriota e em favor da liberdade, por causa de seu outro livro bem menos famoso, porém em favor das repúblicas, *Discurso sobre Tito Lívio*.

Apesar dessa análise parece em vários aspectos, verossímil, ela está toda sustentada numa progressão argumentativa psicológica, conhecida por inferência⁵³. Como, na nossa construção de realidade, todo livro possui um autor e este rescreve de acordo com a sua vivência

⁵¹ “Enfim, por tudo que se disse, o entendimento desses conceitos fundamentais das máximas obriga a considerá-los como relativos a valores de um mundo social restrito, hierarquizado e, também, violento.” PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001. P. 127.

⁵² RANCIÈRE, Jacques. *Partilha do Sensível*. São Paulo: Editora 34, 2009.

⁵³ DUTRA, Luiz Henrique Araújo. *Introdução à epistemologia*. São Paulo: Edusp, 2010. PP. 44-46.

e como se sente, julgamos fazer sentido esse mesmo gênero de análise para qualquer texto escrito ao longo da história. Afinal, todos os humanos, independentemente de sua história e do tempo em que viveram, possuem sentimentos e escrevem de acordo com uma vontade própria e individual.

Entretanto, não há como garantir esse argumento logicamente. Todas as pressuposições feitas nesse raciocínio, do nome à autoria, da autoria a um sujeito e do sujeito a uma identidade atravessada por sensações e opiniões particulares, fazem sentido em um mundo em que esses conceitos são usados como ferramentas para a análise textual, o que na época em que publicou Machiavelli era atravessado pelas ferramentas providas pela arte retórica e em que o mundo era organizado conceitualmente de maneira diversa. A percepção de patriotismo, por exemplo, não cabe num período em que não havia uma leitura de estado-nação ligada a uma identidade que superasse a do próprio príncipe.

Quando a *autorictas* reclama da situação da região da Itália, enquanto península, muito diversa da que gozavam Espanha e França, grandes territórios unificados, a defesa que se faz não é em prol de uma identidade nacional que compreende costumes e língua, inclusive porque essa realidade sequer existia em França e Espanha, mas de haver um príncipe que dirigisse todo o território unificado e tivesse maior força contra o que seriam as invasões estrangeiras, sendo inclusive o tratado recomendado a Lorenzo de Medici com o desejo de que ele tomasse partido dessas conquistas, ajudado pelos conselhos do tratadista⁵⁴.

Justamente a partir desse argumento, pode-se observar a fragilidade de uma noção de realidade unificada, principalmente por historicamente e ao longo do tempo, ela ser classificada por conceitos que se alteram e muitas concepções que foram esquecidas. O problema de afirmar ser Machiavelli quem optou pela descrição ao invés da prescrição, observando as coisas como de fato ocorriam para elaborar conselhos melhor adequados à verdadeira situação do príncipe se enganam, pois a *autorictas* nesse caso, observando suas prescrições, parece observar critérios morais, e não científicos, para chegar às conclusões que apresenta ao príncipe.

No terceiro capítulo, quando se refere aos principados mistos, em que um príncipe antigo conquista um novo território e neste funda uma ordem nova, afirma que ao ver um forasteiro poderoso os menos poderosos aderem a ele porque sentem inveja⁵⁵. No sexto, ao falar sobre como se conquistar principados novos, afirma que os homens geralmente trilham caminhos que já são abertos por outros⁵⁶, e no capítulo sobre os principados eclesiásticos não

⁵⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. P. 123.

⁵⁵ Idem, P. 11

⁵⁶ Idem, P. 23.

se alonga muito por julgar serem incompreensíveis à razão humana⁵⁷. Todos esses exemplos, em que o autor em tese está descrevendo uma realidade na qual construir os preceitos que deve seguir o príncipe são pautados por questões morais derivadas de reflexões éticas.

Não parece verossímil, ainda que o livro receba esse título, pautar uma ciência política com base na inveja que sentem os príncipes menos poderosos ao encontrarem um de maior força. Assim como a própria sentença de que os homens geralmente seguem um caminho trilhado por outros, em nossos tempos, contraria os princípios de originalidade que muitos perseguem não apenas por ser considerado moralmente positivo, mas porque as constantes mudanças no mundo moderno não sustentam seguir caminhos previsíveis. O reconhecimento dos principados eclesiásticos como assunto no qual não se deve tocar reconhecimento de uma razão divina em sua fundação, apesar desse tratado ser acusado de laico e inspirador de um certo ateísmo⁵⁸.

O realismo que é identificado na obra de Machiavelli parece mais com a escrita de uma conduta ética que, na primeira leitura, condiz mais com a percepção de política cultivada no presente que julgamos por científica e realista. Quando, de fato, em um contexto de construção ética para um indivíduo isolado cujo objetivo é a conquista e manutenção de seu poder e se observam na experiência exemplos de traição dos pares, ódio do povo e assédio dos príncipes estrangeiros, toda e qualquer moral fundada sobre um princípio de isolamento deve parecer realista nesses termos quando a *autorictas* mais provavelmente está consolidando o que aprendeu na leitura dos antigos com o que se observa nos governos da Itália moderna.

No tratado adapta-se moralmente a novos tópicos que surgem nesse mundo que ainda prossegue ordenado e com hierarquias bem definidas, em que apenas se inverte um jogo moral que existe previamente a ele e, quando se aconselha ao príncipe que seja temido, adverte para que o príncipe não seja odiado, quando aconselha não ser liberal, desde que seja de modo em que assim pareça aos seus súditos. Antes de ser um texto que lança ideias novas sobre o mundo, o autor parece mais preocupado em acomodar as ideias já conhecidas da leitura de antigas autoridades a um mundo que desconhece esse novo gênero de estados e de príncipes que se confrontam com a experiência.

⁵⁷ Idem, P. 53.

⁵⁸ ARON, Raymond. Marx e Maquiavel. In: *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. PP. 142.

Considerações Finais

Após a leitura desses três tratados, de acordo com parte do que teriam sido as práticas letradas que não apenas ordenaram sua escrita, mas igualmente sua primeira recepção, encontramos-nos com uma outra sorte de pesquisa que possa ser produzida a partir de textos que, pelo estranhamento que produzem, causam desinteresse. Pelo motivo de, no curso de Letras, trabalhamos fundamentalmente com textos que se chamam literários, parece ser relevante incentivar investigações que recaiam sobre o que convencionalmente se chamam manuais, tratados ou obras de referência.

Afinal, muito do que se lê na “literatura”, no caso dessa pesquisa em especial, no que concerne a costumes e modos como são descritos os personagens podem ser reinterpretados à maneira dos códigos de decoro que possivelmente vigoravam à época, a partir da investigação desses documentos de caráter que mais se assemelha ao instrutivo que ao ficcional para nós. Atualmente é fato consolidado que nenhum texto existe sem quem o tenha escrito ou com suporte no qual tenha sido distribuído ou publicado. Assim, essas questões de fundo material, em consonância com o tempo pesquisado, devem ser levadas ao presente com o mais próximo que temos desse tempo igualmente em termos de palavras. Sejam conceitos, jargões ou outros, que também são fruto material de um tempo.

No caso da análise desses três tratados, identificar um possível sentido que não esteja numa primeira interpretação impressionista de livros de etiqueta, no caso dos dois primeiros, ou precursor vanguardista da ciência política, no caso do terceiro, não apenas exige uma interpretação a partir de outras leituras, mas justamente essa visão da palavra e da língua como um bem datado que perece e igualmente morre⁵⁹. Ainda que passados séculos a leitura ainda nos pareça fluida, vale ressaltar a consciência de que nossas palavras pertencem ao nosso tempo e não se adaptam livremente a qualquer período como substância transistórica.

Desse modo, enquanto tratados que versam sobre a moral no caso específico de um decoro que deve possuir um gentil-homem, cortesão e príncipe, no qual se observam princípios, retoricamente pautados, que modulam o modo de se comportar ante o outro. Talvez essa pesquisa sirva como uma introdução a uma reflexão ao nosso modo contemporâneo de conduzir nossa moral e compreender muito de nosso hábitos que são datados e são passíveis de serem entendidos dessa maneira. Assim levando a um debate que assume uma mudança sem assumi-

⁵⁹ “O idioma é outro, a despeito da permanência de sua estrutura e de grande parte de seu léxico; irremediavelmente outro, pois é outro o mundo em que funciona, em que toma seus sentidos particulares, vetando alguns, admitindo outros impensáveis para nós etc..” Ver: PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001. P. 125.

la como traumática ou como o que contraria uma possível natureza humana e a verdade do espírito de cada um.

Por fim, essa análise de fundo descritivo serve como abertura a outras pesquisas mais arrojadas sobre esses textos que igualmente como os considerados literários, também circulavam e cuja leitura poderia interferir sobre reflexões que contribuem numa visão de cada tempo como de fato ele foi sendo estruturado. Muito além de livros de etiqueta para um elite insensível, esses livros fazem parte de um senso comum distinto do nosso e compreender o que é considerado bem falar ou bem gesticular em frente aos outros, assim como diminuir livros elevados a ser “a frente de seu tempo”, faz parte da reflexão que nos conduz a entender a pequenez de nossa própria história.

Referências

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Manual de redação oficial e diplomática do Itamaraty*. 2016.
- CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a morte: sobre a inconstância da alma selvagem. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- DAHER, Andrea. *A oralidade Perdida*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- DELLA CASA, Giovanni. *Galateo ou Dos Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DESCOLA, Philippe. *Outras naturezas, outras culturas*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- DUTRA, Luiz Henrique Araújo. *Introdução à epistemologia*. São Paulo: Edusp, 2010.
- GRAFTON, Anthony. *Commerce with classics: ancient books and Renaissance readers*. Michigan: The University of Michigan Press, 1997.
- HANSEN, Adolfo. *A Sátira e o Engenho*. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- HANSEN, Adolfo. *Instituição retórica, técnica retórica, discurso*. Matranga, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul./dez. 2013.
- HANSEN, Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- MACK, Peter. *A History of Renaissance Rhetoric 1380 – 1620*. New York: Oxford University Press Inc., 2011.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MOREIRA, Marcello. *Imitação e emulação nas letras luso-brasileiras: Francisco Rodrigues Lobo, Gregório de Matos e Guerra e Tomás Pinto Brandão*. Teresa, revista de Literatura Brasileira [19]; São Paulo, 2018.
- PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- SÁ, Luiz César de. *A autoridade entre os antigos*. História Unisinos, São Leopoldo, 23 (2): 215-230, Maio/Agosto, 2019.
- SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23*. 2009. 308f f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo (SP).
- TOLSTÓI, Liev. *Anna Kariênina*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.